

Só mandato e sistema ficam fora do acordo, diz Richa

Da Sucursal de Brasília

O senador José Richa (PMDB-PR), coordenador do chamado "Grupo dos 32", disse ontem que, segundo a sua avaliação, apenas dois temas polêmicos ficarão de fora do acordo que deve anteceder a votação do projeto de Constituição, no plenário: mandato e sistema de governo. Os demais temas, como estabilidade no emprego e reforma agrária, serão aprovados tanto por "moderados" que integram o "Grupo dos 32" como por grandes parcelas do Centrão e do PMDB, prevê Richa.



"A proposta dos moderados vai acabar atraindo todo mundo", disse Richa, antes de uma reunião de seu grupo, que está finalizando a redação de um bloco de cerca de oitenta emendas ao projeto aprovado pela Comissão de Sistematização. Enquanto a maioria dos constituintes discutiu, nas duas últimas semanas, mudanças no regimento interno do Congresso constituinte, o grupo de Richa iniciou um "acordão" para a aprovação de uma lista de emendas.

Além da heterogeneidade do Centrão, Richa citou a "emocionalização e radicalização" da discussão do regimento como "alavanca" para o sucesso dos "moderados". Na última semana, Richa conversou com o deputado Luís Eduardo Magalhães

(PFL-BA), um dos articuladores do Centrão, em busca de um entendimento para emendas conjuntas. Embora embrionária, a conversa deve ser retomada nesta semana.

Para Richa, só doze emendas do "Grupo dos 32" mudam substancialmente o texto da Sistematização. O capítulo dos direitos trabalhistas é o mais alterado. "É uma questão de bom senso. O avanço só é possível, quando se tem viabilidade para isso", disse Richa, ao comentar as mudanças classificadas pela "esquerda" como "retrocesso". Os "moderados" remeterão esses assuntos para a legislação ordinária, sugerindo lista de prioridades para que o Congresso Nacional trate dos temas após a promulgação.

Amaral põe guarda armado com rifle em casa

MARCELO XAVIER DE MENDONÇA
Repórter da Sucursal de Brasília

O fantasma da sessão de quinta-feira passada, quando, na votação da proposta de regimento do Centrão, o plenário do Congresso constituinte mostrou vocação para tornar-se uma espécie de "saloon" dos filmes de faroeste, voltou a rondar a tribuna da Câmara. Depois de trocar socos — de brincadeira — com o deputado Roberto Freire (PCB-BA), o deputado Amaral Netto, líder do PDS e um dos expoentes da "linha dura" do "Centrão" foi ao microfone para comunicar que a partir de hoje tem um guarda armado com rifle em sua casa.

"Dei ordem de mandar matar

qualquer canalha que tente atingir a minha mulher, meus filhos e meu lar", vociferou Amaral, com um recorte de jornal onde o presidente da CUT, Jair Meneguelli diz que as casas dos constituintes que votarem contra os interesses do povo terão os muros pichados. "Vai pichar debaixo de bala", continuou o deputado, que apresentou ontem uma emenda ao regimento que permite ao presidente do Congresso constituinte requisitar, "ao Estado Maior das Forças Armadas, forças federais" para "garantir seu funcionamento".

Referências a armas e soldados não faltaram, durante os discursos do "pinga-fogo" — como é chamado, significativamente, o pequeno expediente. O prato do dia foi a repressão

policial ao protesto do funcionalismo em Porto Alegre (RS) — ocorrida na tarde de segunda-feira — criticada por deputados gaúchos como Paulo Paim (PT). Paim, por sinal, é um dos deputados acusados de estimular as manifestações hostis das galerias na votação de quinta-feira.

Outros deputados, como Matheus Iensen (PMDB-PR), circularavam alheios aos discursos, pedindo assinaturas para suas emendas. Iensen, que propõe 5 anos para Sarney, chegou a pedir a assinatura do próprio presidente do Congresso constituinte, Ulysses Guimarães. Desceu eufórico: "Ele não quis agora, mas prometeu que assina a minha, e não a do Edison Lobão" — que tem uma emenda semelhante.

Ulysses já tem prontas emendas ao projeto da nova Constituição

Da Reportagem Local

O presidente do Congresso constituinte e do PMDB, Ulysses Guimarães, também prepara emendas ao projeto da Sistematização. Seu assessor jurídico, Miguel Reale Júnior, passou o último fim-de-semana em São Paulo transformando em texto as anotações de Ulysses à margem de artigos e alíneas do projeto. A maioria das alterações tem como objetivo eliminar incongruências do texto da Sistematização, que podem gerar problemas de competência. Um dos problemas refere-se à realização do referendo popular. O artigo que define as competências do Congresso Nacional afirma que cabe ao Legislativo determinar a realização de referendo. Igual atribuição é dada ao presidente da República no texto que estabelece o âmbito de suas atribuições. Outro artigo, diz que cabe ao Supremo Tribunal Federal providenciar a realização do referendo, a partir da determinação de 2% da população, através da coleta de assinaturas. Não fica claro quem é que determina as realizações do referendo, se o Legislativo, o Executivo ou 2% da população.

O mesmo problema foi observado na definição de a quem cabe apresentar o plano de governo ao Congresso Nacional. O artigo 100, inciso 18, diz que é o primeiro-ministro. O artigo 95 diz que esta tarefa é do presidente da República.



NA DEFESA DOS 5 ANOS

A proposta de mandato de cinco anos para o presidente José Sarney, objeto de uma emenda do senador Edison Lobão (PFL-MA), conta agora com mais uma emenda, a do deputado peemedebista Matheus Iensen (PR). Ao lado do filho do presidente, deputado Sarney Filho, do PFL maranhense (à esq. na foto), Iensen

circulava ontem no plenário do Congresso constituinte recolhendo assinaturas e defendendo a sua iniciativa. "Já tenho mais de 150 assinaturas", disse, alegando que sua emenda é anterior à de Lobão e exibindo em sua lista as assinaturas de Carlos Sant'Anna (líder do governo) e José Lourenço (líder do PFL).

Luiz Novaes